



Trata Brasil

Saneamento é saúde

FENASAN 2011

01.08.2011

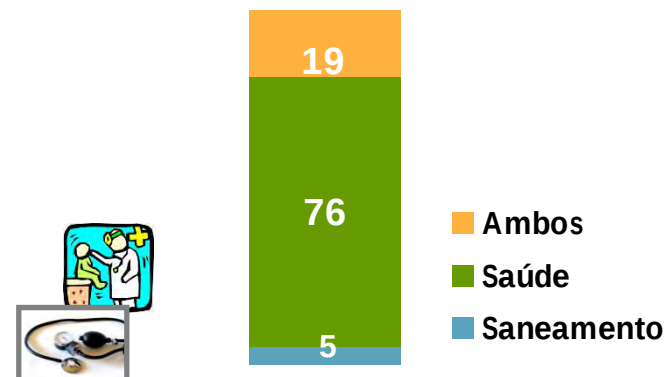
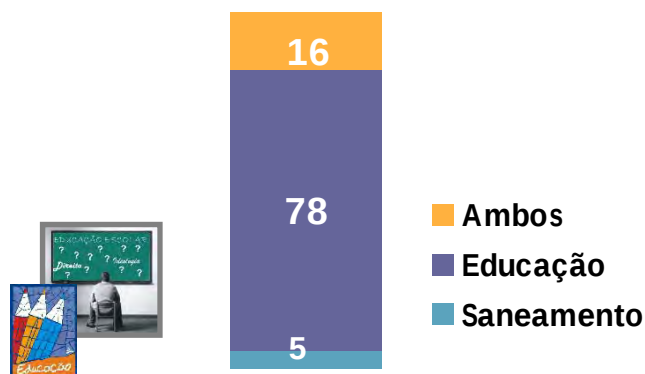
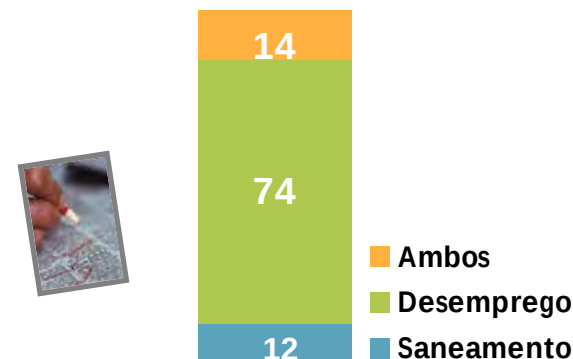
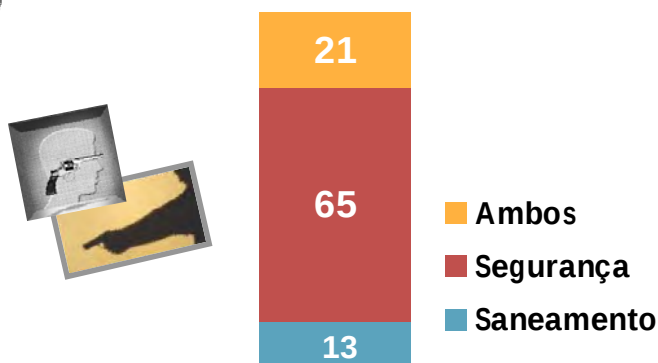
O que é Saneamento Básico? (resposta múltipla)



Um terço dos entrevistados não sabe responder.
Saneamento Básico é principalmente sinônimo de serviços de esgoto, de água, de coleta de lixo e limpeza pública.

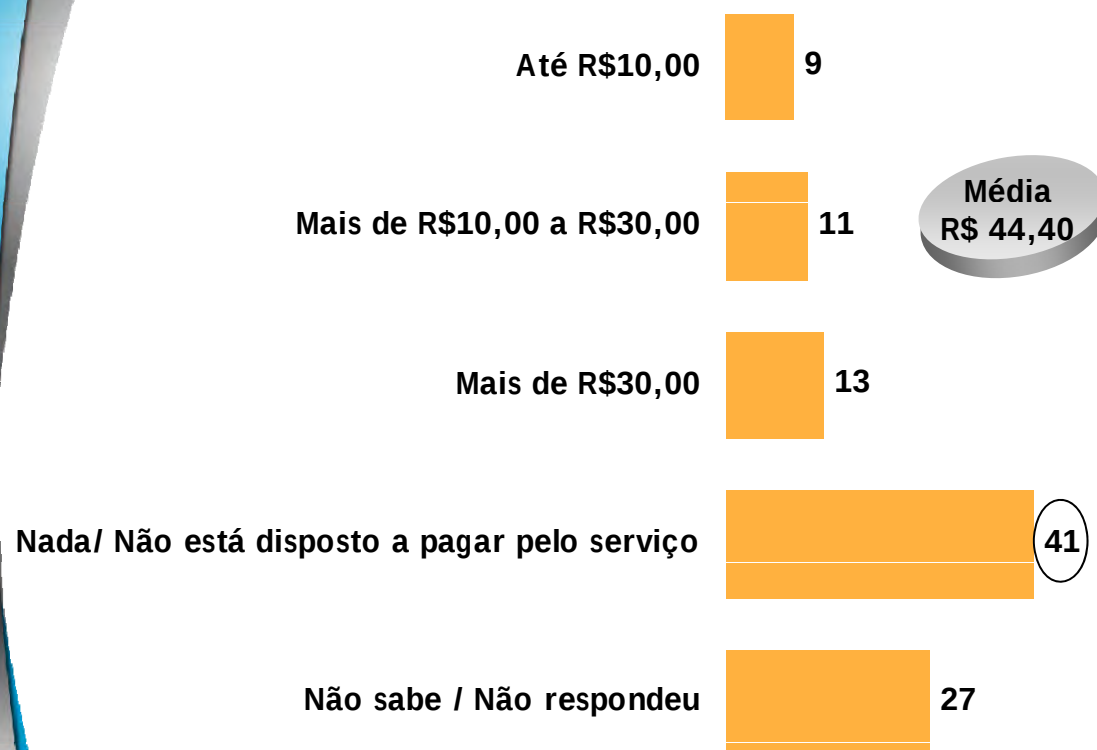
Deve receber mais atenção...

(%)



Apesar de ser considerado tão importante quanto outras áreas, Saneamento ainda não é visto como uma área que mereça a mesma atenção. Quando instados a optar, por exemplo, entre as áreas de saneamento e a de saúde, escolhem a segunda, sem se dar conta do quanto uma é impactada pela outra.

Quem não está ligado à rede pública, pagaria para ter o serviço? (%)



- Quase metade dos entrevistados não pagaria para ter o escoamento ligado à rede.

- A média de gastos, dentre os que se dispõem a pagar, é de R\$ 44,40.

Reivindicações e cobranças



(%)

	Total
Base: Amostra	(1008)
• Fizeram abaixo assinado	5
• Telefonam para órgãos competentes	4
• Canalização de esgoto/ tirar esgoto a céu aberto	1
• Desentupimento de bueiros/ boca de lobo	1
• Desentupimento de esgoto	1
• Reivindicação com políticos para limpeza de ruas	1
• Ampliação e instalação da rede de esgoto	1
• Fizeram passeatas/ protesto de moradores	1
• Foi pessoalmente solicitar resolução de problema	1
• Foi solicitar conserto de esgoto/ vazamento de água	1
• Outras com menos de 1%	3
• Não fizeram cobranças	84
• Não sabe / Não respondeu	1

A grande maioria dos entrevistados nunca fez reivindicações para melhorias nos serviços de coleta e tratamento do esgoto. As taxas são mais expressivas entre os moradores de cidades de menor porte (88%). Mesmo dentre os que não estão ligados à rede 81% nunca fizeram qualquer reivindicação.



Base: Amostra (1008)

P33) O(a) sr(a) costuma fazer algum tipo de cobrança ou reivindicação para que os serviços da área de esgoto melhorem? (CASO SIM) Quais cobranças ou reivindicações?

Tema que levou em conta para escolher um candidato no ano passado

(%)

	Total
Base: Amostra	(1008)
• Saúde	19
• Educação	10
• Segurança	10
• Emprego	8
• Calçamento e pavimentação	5
• Drogas	3
• Habitação	3
• Esgoto	2
• Abastecimento de água	1
• Assistência social	1
• Lazer	1
• Limpeza pública	1
• Trânsito	1
• Transporte coletivo	1
• Nenhuma destas	17
• Não votou/ Não vota	11
• Não sabe / Não respondeu	4

Esgoto não foi um tema relevante para a escolha de um candidato mesmo entre os que declaram não possuir escoadouro ligado à rede pública.

Aprendemos com este estudo...

Que existem diferenças regionais, mas que não existem regiões sem problema.

E de modo geral aprendemos que:

SANEAMENTO
NÃO É UMA
PRIORIDADE

Consequência de um...

Certo desconhecimento
sobre o tema, apesar da
identificação dos responsáveis
pelos serviços e dos impactos
causados pela ausência dos
serviços

Que nos mostra que esta é...

UMA QUESTÃO
QUASE
INVISÍVEL

- ▶ Resignação para quem não está ligado à rede
- ▶ Distanciamento para quem não convive com o problema
- ▶ Traz pouca visibilidade para a Administração Pública
- ▶ Os eleitores não valorizam

Missão

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral e para a redução da mortalidade na infância, lutando para que todos tenham acesso à coleta e ao tratamento de esgoto, através da divulgação, mobilização e monitoramento.

Visão

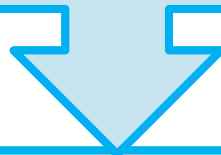
Acreditar que a sociedade pode atuar de forma decisiva para que o poder público e os demais atores do setor aportem os recursos necessários a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgotos.

Valores

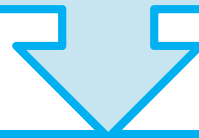
Ética
Sustentabilidade
Equidade
Cooperação
Transparência

Nossos Objetivos

Sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre a importância de se investir em saneamento básico



Ampliar os investimentos e os recursos do Poder Público para o desenvolvimento do setor



Atingir a universalização do saneamento básico em todo o país até 2025

Nossas Pesquisas

- ❑ Ciclo de Debates Trata Brasil: Rio de Janeiro, Recife, Manaus e Porto Alegre (ITB)
- ❑ Dois anos de acompanhamento do PAC Saneamento – Maio.11 (ITB)



- ❑ Saneamento, Saúde e o Bolso do Consumidor - Nov.08 / (FGV)
- ❑ Saneamento, Saúde, Educação Trabalho e Turismo - Abr.08 / (FGV)
- ❑ Saneamento e Saúde - Nov.2007 / (FGV)

Embaixadores



Dr. Artur Timerman



Dr. Anthony Wong



Dr. Carlos Graeff



Dr. Edson Liberal



Adalberto Piotto



Profª. Maria Cecília



Daiane dos Santos



Profª. Sueli Dallari

Novos Embaixadores



Lars Graef



Dr. Kleber Luz



Prof.º Leandro Giatti



Dra. Luiza Eluf



Dr. Murilo Bustamante



Dr. Milton Hênio



Flávio Canto

Menção Especial – Dra. Zilda Arns (Pastoral da Criança)



Por quê da necessidade de integração entre Poder Executivo, Legislativo e as políticas públicas do Saneamento ? O exemplo dos esgotos



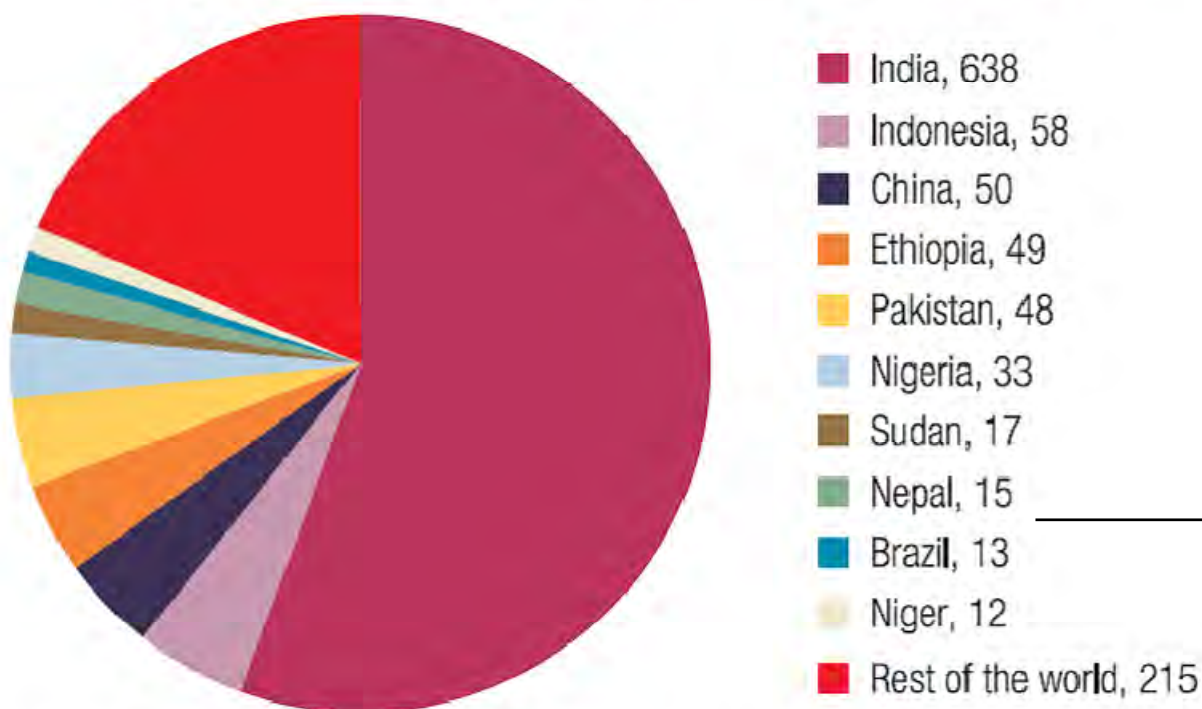
57 % da população brasileira não possui coleta de esgoto (SNIS 2008)

**O Brasil é o 9º colocado no ranking mundial “da vergonha”
com 13 milhões de habitantes sem acesso a banheiro (OMS/UNICEF)**

**A cobertura de saneamento no Brasil não condiz com um País que aspira ter um
destaque global**

“Ranking da Vergonha” – População sem acesso a banheiro dados ONU / UNICEF

**81% of 1.1 billion people that defecate in the
open worldwide live in 10 countries**



Como explicar ?

Figure 23 Distribution of 1.1 billion people who practise open defecation, 2008, population (million)

Apesar dos avanços localizados, o resultado é :

- No Brasil, a **universalização** do saneamento está **distante**.
- Necessários **R\$ 270 bilhões**, só para água e esgotos **(2030)**
- Apesar dos esforços do MCidades e SNSA, o PAC Esgoto está lento. **4% obras concluídas**, de 101 obras Esgoto (municípios acima 500 mil hab.) avaliadas pelo Trata Brasil.
- As maiores cidades despejam **5,9 bilhões** de litros de esgoto sem tratamento por dia, contaminando solos, rios, mananciais e praias do País;
- Foram **462 mil** pacientes internados em 2009 só por infecções gastrointestinais. **2.101 faleceram** e, destes, **1.277 poderiam ter sido salvos** pelo saneamento (DATASUS, 2009);
- **217 mil** trabalhadores se afastaram do trabalho devido a problemas gastrointestinais (2009).



Investimento atual

0,2 % do PIB

Investimento necessário

0,6 % do PIB

...mas o desafio é gigante

BRASIL

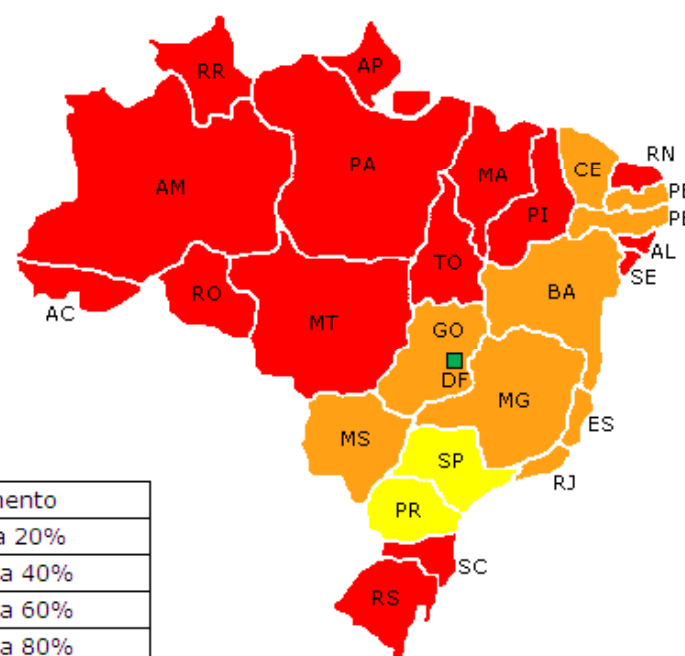
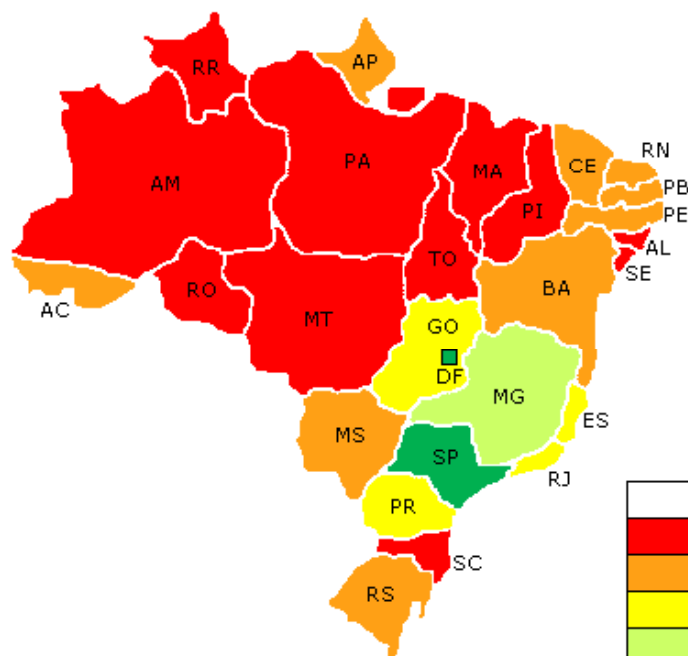
(PLANSAB Março 2011)

Investimentos necessários

PLANSAB / Ministério das Cidades :
R\$ 250 A 270 bilhões - água / esgoto

Anos para a universalização

Proposta - Ministério das Cidades: 2030
a se manter ritmo atual = 40 a 50 anos



Atendimento	
	0 a 20%
	20 a 40%
	40 a 60%
	60 a 80%
	80 a 100%

Coleta

Esgotos

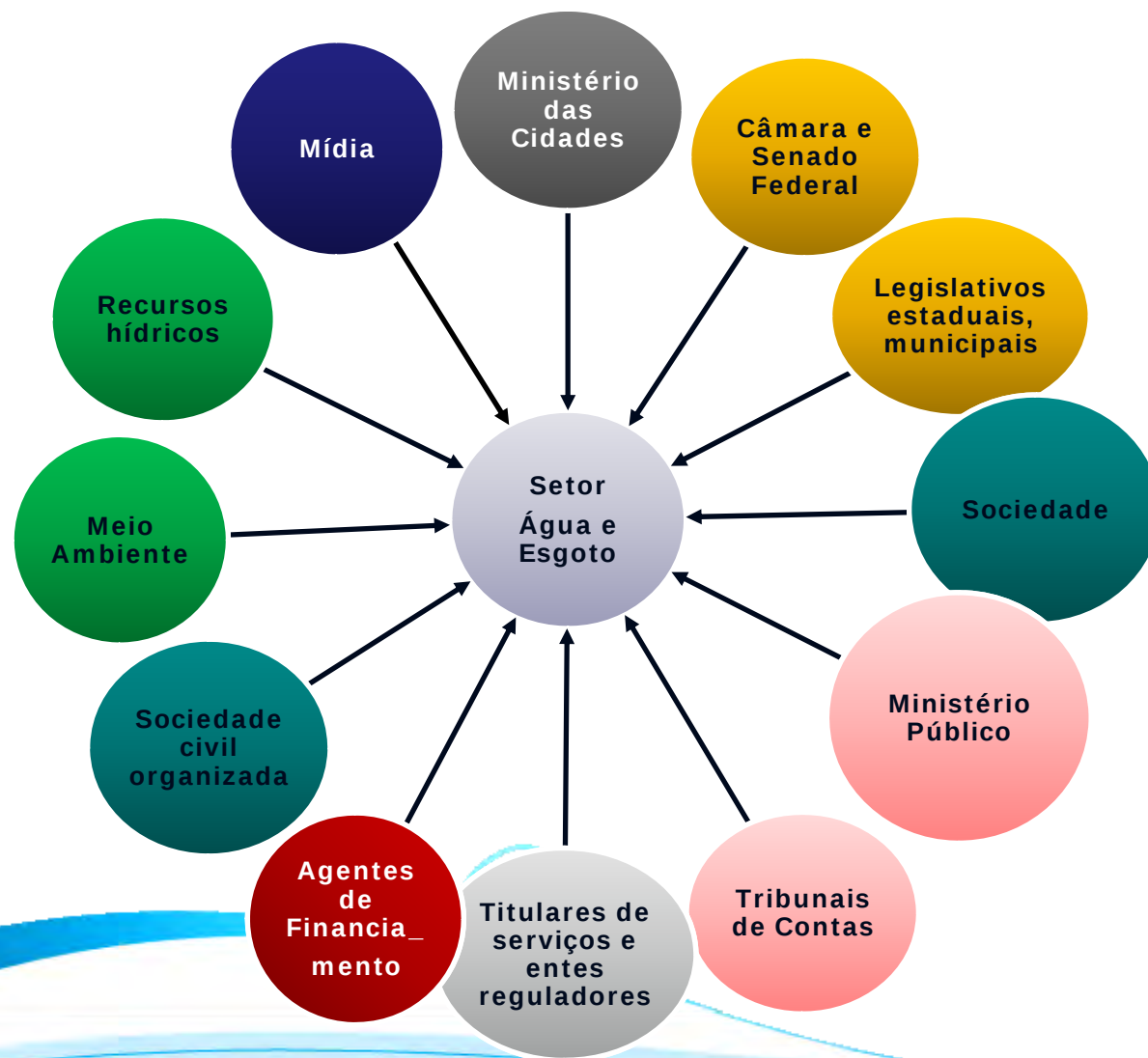
Tratamento

TABELA 7.1: Necessidades de investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, em áreas urbanas e rurais das macrorregiões do Brasil, entre o ano base de 2011 e os anos de 2015, 2020 e 2030 (em milhões de reais)

MACRORREGIÕES / URBANO E RURAL	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			ESGOTAMENTO SANITÁRIO			TOTAL		
	2011 a 2015	2011 a 2020	2011 a 2030	2011 a 2015	2011 a 2020	2011 a 2030	2011 a 2015	2011 a 2020	2011 a 2030
Áreas urbanas e rurais									
Norte	3.041	5.745	11.219	3.356	6.841	14.238	6.397	12.586	25.457
Nordeste	7.466	14.301	27.788	8.021	16.493	33.342	15.487	30.794	61.129
Sudeste	11.962	23.604	46.537	20.143	38.544	72.785	32.106	62.148	119.323
Sul	3.308	6.332	12.084	5.928	11.900	24.139	9.236	18.232	36.223
Centro Oeste	2.994	5.580	10.530	3.213	6.867	14.772	6.206	12.447	25.302
Total	28.771	55.562	108.158	40.661	80.645	159.276	69.434	136.207	267.434

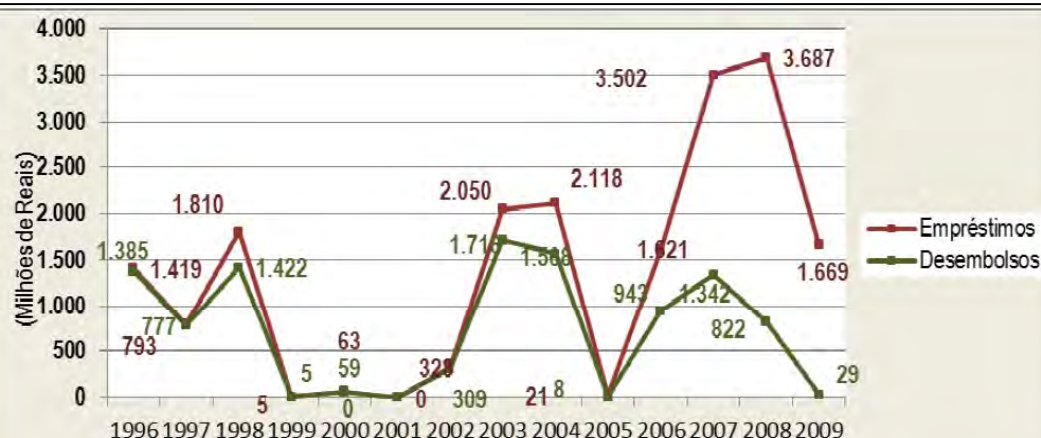
Total: R\$ 267 bilhões para universalizar água e esgoto até 2030

E HÁ UMA SÉRIE DE ATORES RELEVANTES NO SETOR
... o que aumenta a complexidade da solução

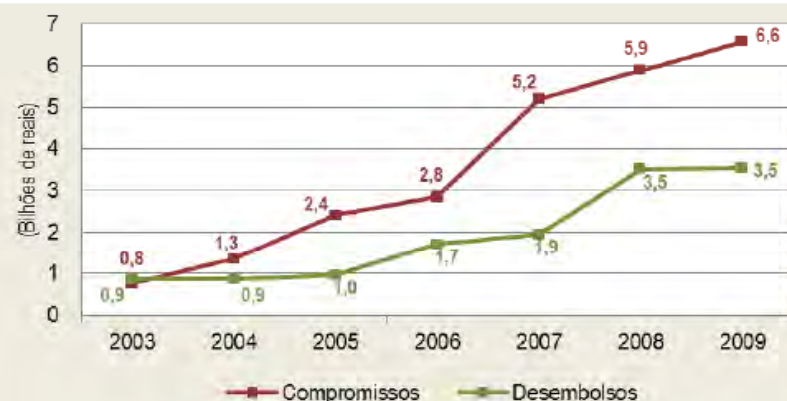


PLANSAB

Recursos Onerosos FGTS



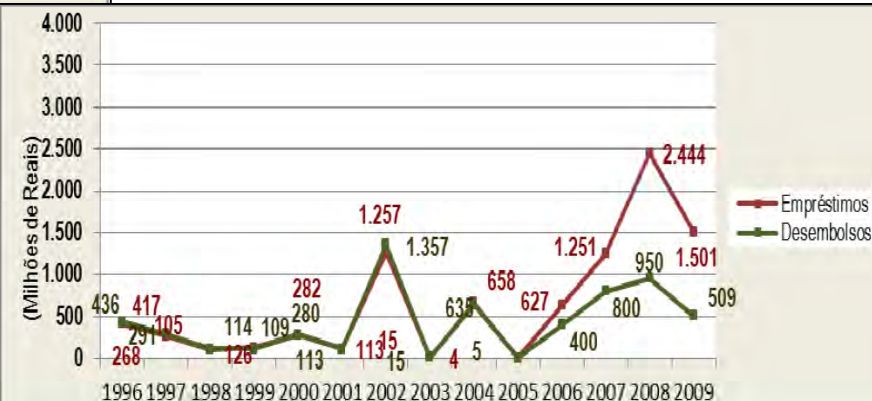
Fonte: CAIXA. Dados disponibilizados pelo Ministério das Cidades.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV para dezembro de 2009.



Fonte: Siafi Gerencial. Informações disponibilizadas pelo Ministério das Cidades.
Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV para dezembro de 2009.

FIGURA 4.28: Recursos não onerosos. Compromissos e desembolsos em iniciativas de saneamento, 2003-2009 (em bilhões de reais)

Recursos Não Onerosos OGU



Fonte: BNDES. Dados disponibilizados pelo Ministério das Cidades.
Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV para dezembro de 2009.

FIGURA 4.36: Evolução dos empréstimos e desembolsos dos recursos do FAT em iniciativas de saneamento, 1996-2009 (em milhões de reais)

Recursos Onerosos FAT

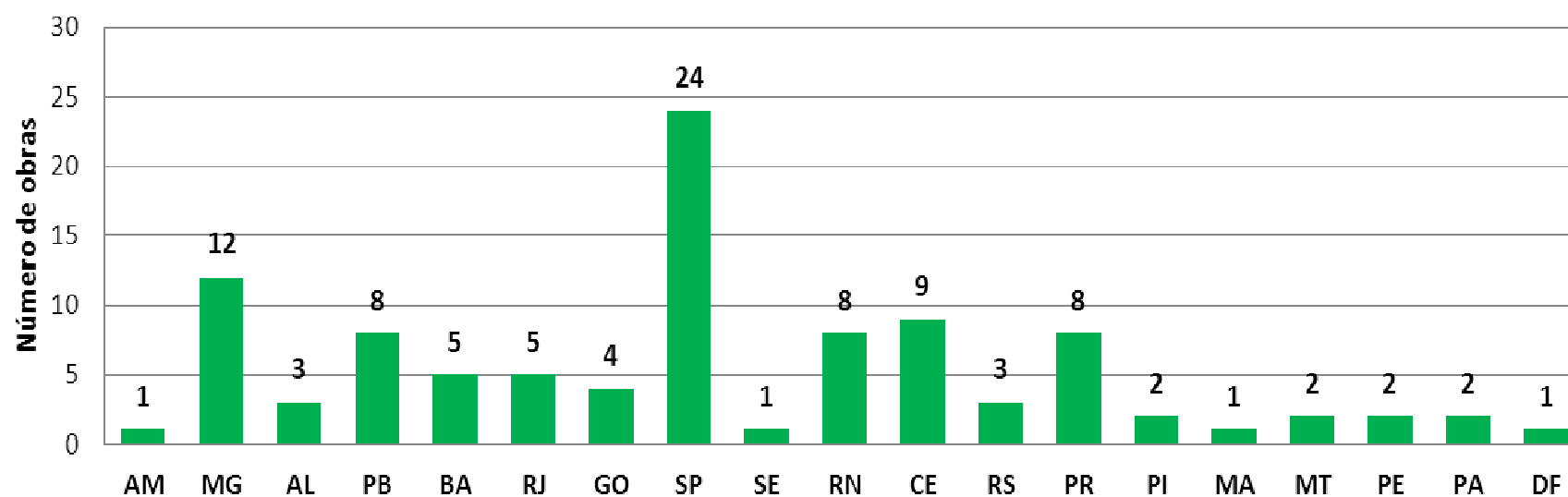
Acompanhamento Trata Brasil - De Olho no PAC/ 2011

- 101 obras de Esgoto – Municípios acima de 500 mil habitantes
- R\$ 2,8 bilhões de investimentos

Localização das obras nos Estados

Distribuição das obras Saneamento Esgoto PAC por UF

Amostra de 101 obras em municípios > 500 mil hab

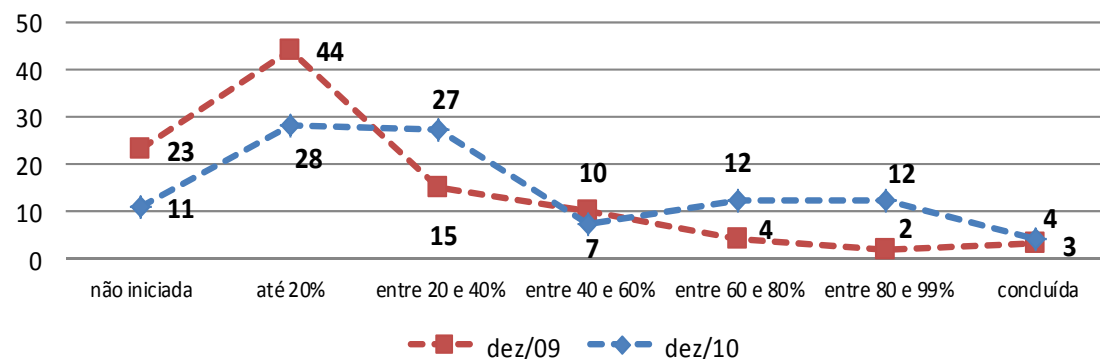


De Olho no PAC: alguns resultados

2. Projetos: 2.2 “De Olho no PAC”

PAC - Saneamento Esgoto - 2009 x 2010

Evolução física das 101 obras monitoradas
(municípios com mais de 500 mil hab)

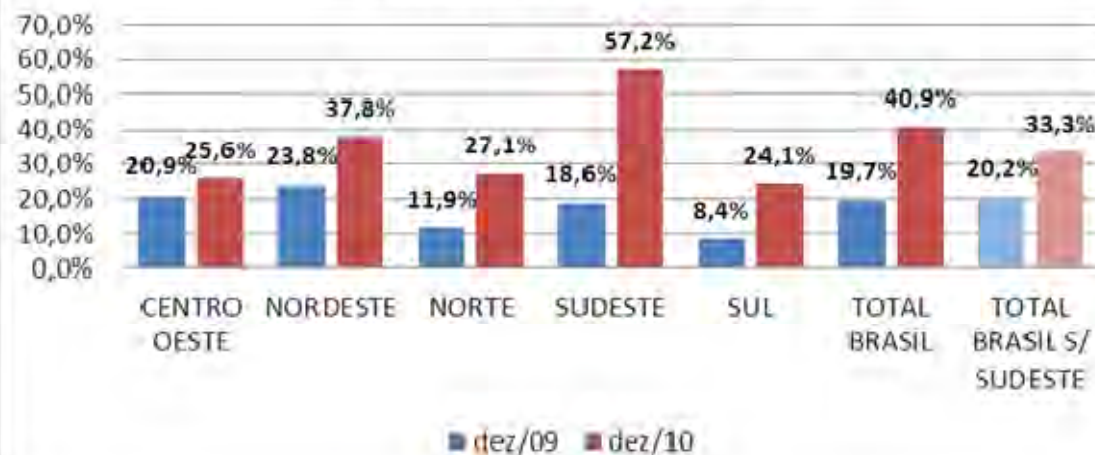


*** Avanço na evolução no andamento físico mostrando os 4% das obras concluídas, após 4 anos de PAC**

*** Na média de valores liberados, houve avanço de 19,7% para 40,9%. Notar, no entanto, que o Sudeste descaracteriza o resultado. Sem o SE, o valor de desembolso médio cai para 33,3 %.**

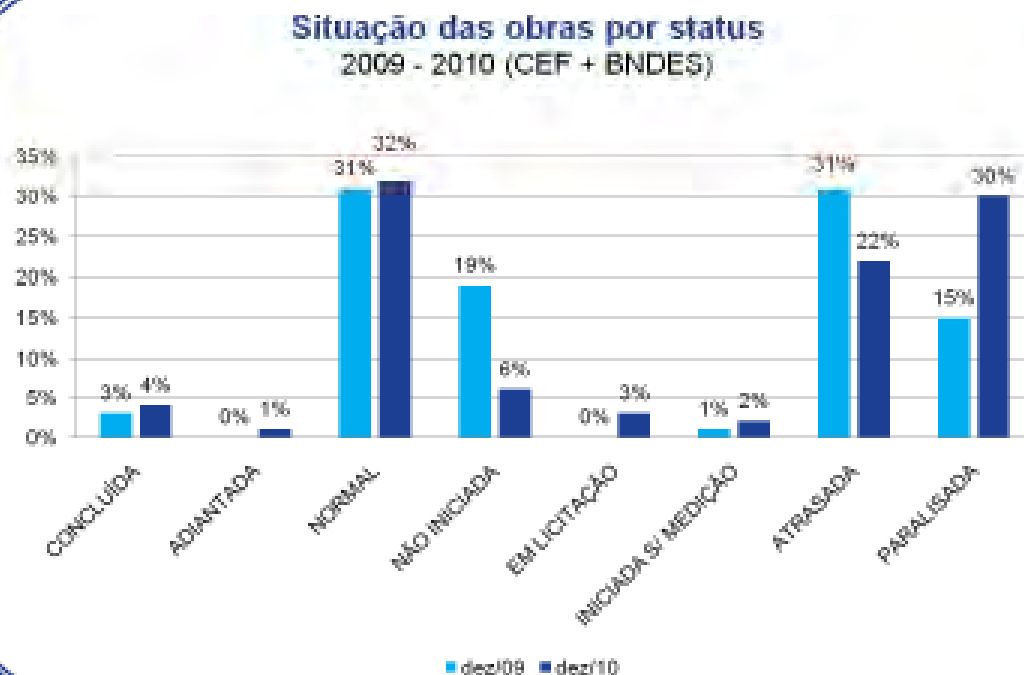
PAC - Saneamento Esgoto - 2009 x 2010

% valores liberados/financiamento ou repasse - 101 obras
(municípios com mais de 500 mil hab)

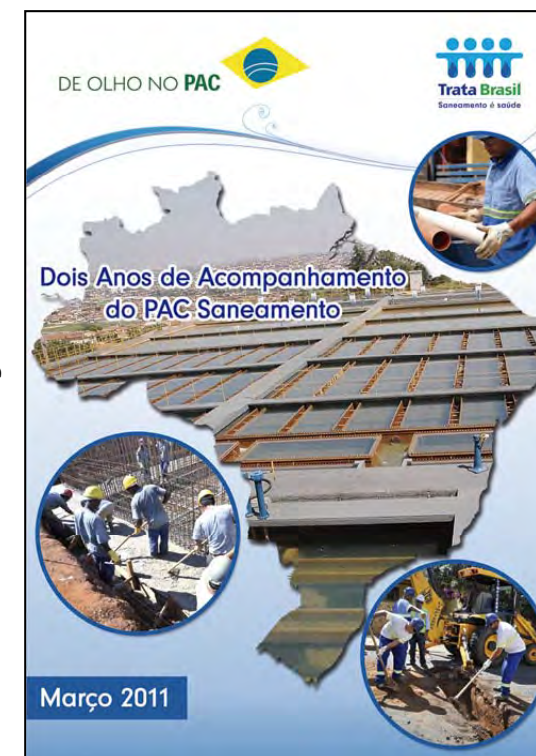


Resumo dos resultados gerais:

- Apesar do avanço no Sudeste, no geral não houve avanço significativo nas obras concluídas.
- Somente 4% das obras foram concluídas, após 4 anos.
- Cerca de 60 % das obras encontram-se paralisadas, atrasas ou não iniciadas.
- Exceção ao SE, no geral, as obras não avançaram além dos 40% de execução.”
- Ao final de 2009, 15% das 101 obras estavam paralisadas. Ao final de 2010 são 30% de obras paralisadas. Grande aumento no Nordeste.”



2. Projetos: 2.2 “De Olho no PAC”



De Olho no PAC: alguns retornos

2. Projetos: 2.2 “De Olho no PAC”


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Gabinete do Governador

Ofício nº. 102/2011-CGG
Cuiabá, 18 de março de 2011.

Ao Senhor
Edison Carlos
Presidente Executivo
Instituto Trata Brasil
Av. Brig. Faria Lima, 1571 – Conj. 13C
01452-918- São Paulo/SP

Assunto: **Resposta à correspondência ltb/1102564, de fevereiro de 2011.**

Senhor Presidente Executivo,

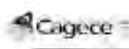
Em resposta ao documento acima citado, protocolado neste gabinete sob nº. 99272/2011, que solicita informações acerca de obra do PAC, paralisação em 2010, a SECID-Secretaria de Estado das Cidades envia ofício nº. 156/2011/SECID, de 14 de março de 2011, com informações relativas ao assunto, cuja cópia anexamos.

Mais informações poderão ser obtidas naquela Secretaria, por meio do telefone (65)3613-6600.

Atenciosamente,


Silvio Corrêa
Chefe de Gabinete do Governador


Av. Hist. Rubens de Mendonça - Palácio Paiguiás - Centro Político Administrativo - CPA
(65) 3613-4100 - Fax 3613-4120 - 78050-970 - Cuiabá/MT
www.mt.gov.br - gabinete@governador.mt.gov.br


CAGECE - Companhia de Saneamento de Cuiabá

Ofício nº 41/11/CEC
Cuiabá, 18 de março de 2011.

Ao Sr.
Edison Carlos
Presidente Executivo
Instituto Trata Brasil

Senhor Presidente

Em resposta ao Ofício 173/11/SECID, subscrito por V. Exa., apresento as seguintes informações:

As obras das linhas CC-4 e CC-5 estão em andamento, apresentando, atualmente, 77,93% e 51,25% de execução, respectivamente. Entretanto, há pendências que estão sendo tratadas junto à CAESA para regularização entre a CAESA, condutora e liberadora de recursos do financiamento, tendo em vista que a CAESA não cedeu a documentação necessária.

A Cagece está elaborando as planilhas de regularização para regularização das parcelas, visando dar suporte documental às demandas junto ao órgão responsável dos recursos, e está aguardando a liberação dos recursos por meio do processo próprio para prestação de serviços pela Cagece. Atualmente, as obras das linhas CC-1 e CC-2 não foram iniciadas por ausência de documentação de regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública.

Com relação à linha CC-3, a Cagece está aguardando a regularização da documentação necessária para a regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública.

Atenciosamente,


João Paulo de Almeida
Tecnólogo em Saneamento Ambiental
Unidade de Planejamento e Gestão


Av. Hist. Rubens de Mendonça - Palácio Paiguiás - Centro Político Administrativo - CPA
(65) 3613-4100 - Fax 3613-4120 - 78050-970 - Cuiabá/MT
www.mt.gov.br - gabinete@governador.mt.gov.br


CAESB - Companhia de Saneamento de Cuiabá

Ofício nº 102/2011-CGG
Cuiabá, 18 de março de 2011.

Ao Sr.
Edison Carlos
Presidente Executivo
Instituto Trata Brasil
Av. Brig. Faria Lima, 1571 – Conj. 13C
01452-918- São Paulo/SP

Senhor Presidente

Em resposta ao Ofício 173/11/SECID, subscrito por V. Exa., apresento as seguintes informações:

As obras das linhas CC-4 e CC-5 estão em andamento, apresentando, atualmente, 77,93% e 51,25% de execução, respectivamente. Entretanto, há pendências que estão sendo tratadas junto à CAESA para regularização entre a CAESA, condutora e liberadora de recursos do financiamento, tendo em vista que a CAESA não cedeu a documentação necessária.

A Cagece está elaborando as planilhas de regularização para regularização das parcelas, visando dar suporte documental às demandas junto ao órgão responsável dos recursos, e está aguardando a liberação dos recursos por meio do processo próprio para prestação de serviços pela Cagece. Atualmente, as obras das linhas CC-1 e CC-2 não foram iniciadas por ausência de documentação de regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública.

Com relação à linha CC-3, a Cagece está aguardando a regularização da documentação necessária para a regularização da área pública, bem como a regularização com a CAESA para a regularização da área pública.

Atenciosamente,


João Paulo de Almeida
Tecnólogo em Saneamento Ambiental
Unidade de Planejamento e Gestão


Av. Hist. Rubens de Mendonça - Palácio Paiguiás - Centro Político Administrativo - CPA
(65) 3613-4100 - Fax 3613-4120 - 78050-970 - Cuiabá/MT
www.mt.gov.br - gabinete@governador.mt.gov.br

PARALISAÇÃO E ATRASO NAS OBRAS DO PAC – ESGOTO

RESUMO DOS MOTIVOS INFORMADOS POR ESTADOS, MUNICÍPIOS E OPERADORES

Projetos desatualizados

- Revisão de valores em consequência de novos detalhamentos no projeto;
- Reprogramação de contratos e cronogramas junto ao agente financiador;
- Readequação de planilha orçamentária para ajustes;
- Paralisação para remoção de residências ou escolha de novos percursos para tubulações;

Problemas nos processos licitatórios

- Paralisação de licitações devido a irregularidades apontadas pelo TCU / TCE's e MP;
- Repactuação de cronograma com agente financiador em função de paralisação dos processos licitatórios para adequação de projetos;

Burocracia (lentidão na análise)

- Atraso dos processos licitatórios e projetos técnicos por análise da CEF;

Problemas na execução

- Paralisação das obras por decisões judiciais ;
- Dificuldade na obtenção de titularidade dos terrenos e/ou problemas com áreas invadidas;
- Necessidade de alterar local de construção da Estação de Tratamento de efluentes (ETE)

A Situação dos 81 Maiores Municípios

RANKING DO SANEAMENTO - SNIS 2008

Cidades com mais de 300 mil habitantes

MUNICÍPIO	População	Operador	Índice de atendimento total de água % (1)	Ranking atendimento total de Água	Índice de atendimento total de esgoto % (2)	Ranking de atendimento total de esgoto	Índice de esgoto tratado p/ água consumida % (3)	Ranking de esgoto tratado p/ água consumida	Volume produzido de água km3/ano (4)	Volume de água faturado km3/ano (5)	Perda Total % (6)	Ranking Perda Total	Tarifa média praticada R\$/m3 (7)	Ranking Tarifa média praticada	Geração de Caixa kR\$ (8)	Investimentos kR\$ (9)	Investimentos / Ger Caixa % (10)	Ranking investimentos / Ger Caixa	Total Pontos	Ranking Total
1 Jundiaí - SP	347.738	MUNICÍPIO/PRIVADO	95	40	91	14	95	3	39.083	28.343	27	15	1,49	14	5.694	22.167	389	2	105	1
2 Franca - SP	327.176	SABESP	95	42	93	11	76	8	24.627	19.758	20	7	1,54	15	8.415	16.872	200	9	111	2
3 Niterói - RJ	477.912	PRIVADO	100	1	92	12	94	4	53.684	39.220	27	14	2,28	55	45.088	21.191	47	38	140	3
4 Uberlândia - MG	622.441	MUNICÍPIO	99	26	96	10	70	12	63.424	45.805	28	16	0,65	1	13.927	3.922	28	54	141	4
5 Santos - SP	417.518	SABESP	100	1	99	2	76	7	ND	38.908	ND	79	2,09	46	71.875	132.763	185	11	155	5
6 Ribeirão Preto - SP	558.136	MUNICÍPIO/PRIVADO	100	21	98	5	70	13	97.446	48.766	50	55	1,44	12	17.337	10.006	58	32	156	6
7 Maringá - PR	331.412	SANEPAR	100	1	82	25	82	5	26.719	21.170	21	8	1,87	31	41.278	6.738	16	58	158	7
8 Sorocaba - SP	576.312	MUNICÍPIO	99	28	97	7	51	26	63.573	38.655	39	36	1	10	28.698	28.550	99	20	160	8
9 Brasília - DF	2.557.158	CAESB	99	23	92	13	70	11	224.806	165.919	26	10	2,55	67	223.092	282.909	127	18	166	9
10 Belo Horizonte - MG	2.434.642	COPASA	100	1	98	4	58	19	229.405	155.622	32	24	2,57	70	371.534	232.305	63	29	170	10
72 Nova Iguaçu - RJ	855.500	CEDAE	77	70	0	78	1	73	120.152	64.101	47	49	1,46	13	(13.360)	814	-6	69	503	72
73 Belém - PA	1.424.124	COSANPA/MUNICÍPIO	82	67	6	74	1	70	113.683	61.629	46	47	1,78	24	(15.112)	54.104	-358	78	504	73
74 Canoas - RS	329.903	CORSAN	94	46	13	70	12	60	41.760	14.790	65	70	4,01	81	26.138	5.856	22	57	514	74
75 Rio Branco - AC	301.398	MUNICÍPIO	44	80	19	64	3	68	27.453	6.012	78	78	1,74	22	(6.020)	1.373	-23	72	516	75
76 Jaboatão dos Guararapes - PE	678.346	COMPESA	57	77	8	72	13	58	39.181	15.450	61	66	2,04	43	(196)	4.996	-2555	81	527	76
77 Ananindeua - PA	495.480	COSANPA	29	81	ND	81	ND	77	10.403	5.983	42	40	1,77	23	(1.246)	8.969	-720	79	539	77
78 São João de Meriti - RJ	468.309	CEDAE	91	50	0	79	0	76	50.300	23.641	53	58	2,43	62	(6.044)	604	-10	71	551	78
79 Belford Roxo - RJ	495.694	CEDAE	66	74	1	77	7	62	55.030	18.098	67	73	2,57	70	(38.749)	490	-1	66	561	79
80 Duque de Caxias - RJ	864.392	CEDAE	69	73	0	80	0	75	112.268	31.066	72	76	2,47	64	(19.643)	820	-4	68	591	80
81 Porto Velho - RO	379.186	CAERD	61	76	2	76	0	76	32.252	7.270	77	77	3,28	79	(19.547)	1.511	-8	70	606	81

Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Exigência legal *versus* dificuldades dos municípios

- É exigência da Lei 11.445/07 – marco regulatório do saneamento básico que contempla serviços de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem;
- Possibilita ao município discutir / planejar suas ações para universalizar os serviços;
- A não elaboração do PMSB no prazo trará restrições na obtenção de recursos federais para investimentos no saneamento a partir de 2014;

Apesar disso:

- Implantação dos PMSB está lenta, principalmente nos menores municípios
- Autoridades argumentam falta de capacitação técnica e de recursos para os planos.
- A sociedade pouco se envolve e muitos debates são ideológicos e não técnicos

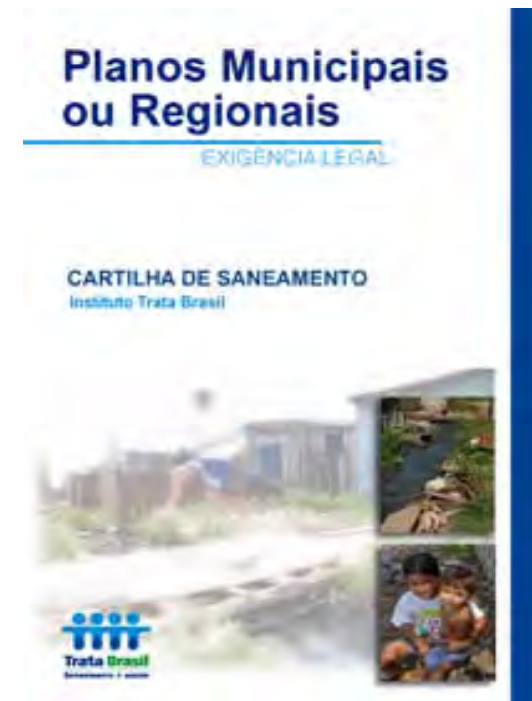
Soluções:

- *Demandar articulação: Sociedade – Operador - MP - Poder Executivo / Legislativo*
- *Em muitas cidades, demandarão parcerias entre :
Governos – Operadores - Universidades locais - Consultorias*

Apoio às Prefeituras – *uma pequena contribuição Trata Brasil - Sinaenco*

Cartilha – “Planos Municipais ou Regionais”

- Fornece aos gestores municipais informações a respeito da correta elaboração dos planos municipais de saneamento básico visando o atendimento à Lei 11.445, que regulamenta desde janeiro de 2007, o setor de saneamento no País.
- A publicação revela, passo a passo, as etapas do processo de elaboração do PMSB e destaca seus benefícios, entre os quais a obtenção de recursos federais para investimentos no setor.



- Parceria Trata Brasil e SINAENCO: estudando outras formas de apoio



Propostas de Soluções para o Saneamento

Exemplos de ações:

- Criar fontes perenes de recursos, pois o déficit do saneamento necessita o uso de todos os recursos por mais 6 a 7 PAC's consecutivos, no mínimo.
- Melhorar articulação entre três Poderes e destes com as empresas operadoras, principalmente para diminuir a burocracia e reduzir os entraves do setor.
- Destinar parte importante dos recursos da OGU para cidades com populações de menor poder aquisitivo e com maiores dificuldades em obter financiamentos.
- Promover o entendimento e harmonização das interpretações pelo TCU e TCE's, MPF e MPE's para que as obras não parem.
- Atuar para que Estados e Municípios implementem a Lei 11445/07 através da elaboração de seus PMSB's e criação das Agências Reguladoras.
- Reduzir impostos federais incidentes no saneamento (PIS / COFINS) para reinvestimento na ampliação dos serviços
- Incentivar novas formas e modelos de parcerias (público-público, público-privado, sistemas mistos, etc. com municípios individuais ou consórcios)

- Estudo 4 cidades-sede da Copa do Mundo
- Momento único para melhorar os esgotos e a saúde destas populações



Rio de Janeiro



Porto Alegre



Recife



Manaus

Patrocinadores



Petroquímica Brasileira de Classe Mundial



SOLVAY
INDUPA



Agradecimentos

Apoiadores e Parceiros



Associação Brasileira de Municípios



IBRE



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



PNUMA

sinaenco

SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA



ABAR

Associação Brasileira de Agências de Regulação



Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

ADMB

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL



Associação dos Engenheiros da Sabesp



OBRIGADO !!



Trata Brasil

Saneamento é saúde

www.tratabrasil.org.br

edison.carlos@tratabrasil.org.br